EUA elogiam o Itamaraty pela liberação de documentos à Folha

Telegramas diplomáticos começaram a ser divulgados domingo

DE BRASÍLIA

A Embaixada dos EUA em Brasília afirmou ontem, por meio da assessoria, que os telegramas confidenciais do Itamaraty que revelam pontos de tensão entre brasileiros e norte-americanos são "um assunto brasileiro".

A **Folha** começou a divulgar no último domingo, pela "**Folha** Transparência", da **Folha**.com, 10.883 páginas de telegramas confidenciais do período 1990-2001 liberados pelo Itamaraty a pedido da reportagem.

Os telegramas revelaram, dentre outros assuntos, que a Embaixada do Brasil em Washington foi alvo de um grampo telefônico em 2001 e que malas diplomáticas foram violadas em Miami.

A Embaixada dos EUA em Brasília informou que não discute "comunicações internas de outros países" e elogiou a iniciativa da diplomacia brasileira.

Em nota, o Itamaraty informou que "a orientação é, seguindo a legislação sobre o assunto, dar a maior transparência possível aos documentos gerados pelo ministério e à politica externa". O ministério preferiu não comentar o conteúdo dos telegramas.

Carlos Fico, professor de história da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), disse ser essencial "que instituições públicas não governamentais, como os grandes jornais, mostrem que a divulgação de informações outrora sigilosas não põe em risco a segurança das instituições."

Amado Cervo, professor de Relações Internacionais da UnB (Universidade de Brasília), elogiou a iniciativa da **Folha** e criticou o Congresso Nacional, ao afirmar que os parlamentares "se recusam a estabelecer normas claras para a abertura de documentos e arquivos classificados".

Professor do IRBr (Instituto Rio Branco) e da UnB (Universidade de Brasília), Francisco Doratiotto, declarou que a abertura de documentos feita pela **Folha** é útil para desmistificar o tema.

"Nenhum dos países da nossa região permitiria o acesso a informações confidenciais tão recentes. Isso significa modernidade. Com uma nova lei, haveria pouca margem à arbitrariedade do poder público para decidir quais informações poderiam ir ao conhecimento da sociedade". **(FERNANDA ODILLA, CAROLINA SARRES E RUBENS VALENTE)**

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.

Fonte: Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 ago. 2011, Primeiro Caderno, p. A14.